

## Resumo

Trata-se aqui de demonstrar resultados de uma pesquisa cujo propósito é ampliar o diálogo entre a produção literária machadiana de contos e a cultura política patrimonialista do II Reinado (1840-1889), tendo o Materialismo lacaniano como ancoragem teórico-crítica. O objeto de análise do presente artigo é o conto “O programa” (1883), cujo protagonista coloca em circulação investimentos libidinais para conquistar uma carreira política. Procurou-se elucidar essa economia libidinal a partir das noções de fantasia social, objeto a, dialética do desejo e grande Outro, conforme estudados pelo filósofo Slavoj Žižek, demonstrando, ao mesmo tempo, que a coerência interna da narrativa é constituída a partir da redução estrutural da dominação patrimonialista.

**Palavras-chave:** Literatura Brasileira; Materialismo Lacaniano; Crítica Dialética; Economia Libidinal.

## Social fantasy and the dialectics of the desire of patrimonialist rationality in “O programa”, a short story by Machado de Assis

**Abstract:** The aim here is to demonstrate the results of research whose purpose is to expand the dialogue between Machado's literary production of short stories and the patrimonialism political culture of the II Reign (1840-1889), with Lacanian Materialism as a theoretical-critical anchor. The object of analysis of this article is the short story “The program” (1883), whose protagonist puts libidinal investments in circulation to achieve a political career. We tried to elucidate this libidinal economy from the notions of social fantasy, object a, dialectic of desire and the Big Other, as studied by the philosopher Slavoj Žižek, demonstrating, at the same time, that the internal coherence of the narrative is constituted from the structural reduction of patrimonialism domination.

**Keywords:** Brazilian Literature; Lacanian Materialism; Dialectical Criticism; Libidinal Economy.

<sup>1</sup> Doutorando em Estudos Literários, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil.  
E-mail: i3rafael@hotmail.com

## Considerações iniciais

*A forma — que não é evidente e que cabe à crítica identificar e estudar — seria um princípio ordenador individual, que tanto regula um universo imaginário como um aspecto da realidade exterior. Em proporções variáveis, ela combina a fabricação artística e a intuição de ritmos sociais preexistentes. Roberto Schwarz (2003)*

*A noção de fantasia social é, pois, uma contrapartida necessária do conceito de antagonismo: a fantasia é precisamente a maneira como a clivagem antagônica é mascarada. Slavoj Žižek (1989)*

Tendo como objeto de análise o conto “O programa” (1883), propomos neste artigo uma hipótese de leitura que articula os procedimentos artísticos dessa narrativa com a cultura política patrimonialista do II Reinado (1840-1889), a partir da fundamentação teórico-crítica do Materialismo Lacaniano cujo expoente é o filósofo esloveno Slavoj Žižek.

Escritor durante cinco decênios, Machado de Assis (1839-1908) produziu sete coletâneas de contos: *Contos Fluminenses*, (1870), *Histórias da Meia-Noite*, (1873), *Papéis Avulsos*, (1882), *Histórias sem Data*, (1884), *Várias Histórias*, (1896), *Páginas Recolhidas*, (1899), *Relíquias da Casa Velha* (1906). Contabiliza-se nessas coletâneas um total de 78 contos, selecionados de um conjunto de mais de duas centenas de narrativas, além de oito escritos especificamente a elas. Impulsionado pela publicação diária em periódicos, o gênero conto instala-se na literatura brasileira em meados do século XIX, tendo justamente Machado de Assis como seu grande representante, ao explorar as possibilidades artísticas dessa forma literária. Barreto Filho (1980) já havia definido, em 1949, que “Machado se transformou no acontecimento central da vida literária brasileira” (BARRETO FILHO, 1980, p. 08). Por um lado, temos um escritor que obteve uma consagração ainda em vida, sendo que já “aos cinquenta anos era considerado o maior escritor do país, objeto de uma reverência e admiração gerais, que nenhum outro romancista ou poeta brasileiro conheceu em vida, antes e depois dele” (CANDIDO, 2004, p. 16).

Por outro lado, esse acontecimento é central especialmente porque promoveu embates, polêmicas e dissensões acerca da recepção crítica<sup>1</sup>. Guimarães

---

<sup>1</sup> Guimarães (2017) resume a disparidade de interpretações no seguinte passo: “Os contemporâneos o criticavam pelas ausências, pela falta de elementos (paisagem, cor local, descrição, enredo movimento



(2017) esclarece que se promoveu um adensamento e uma complexificação do conjunto da fortuna crítica voltada à obra machadiana:

Ao longo do século XX se tornaram [os estudos machadianos] o campo crítico mais complexo e diverso em torno de um único autor, mobilizando questões de ordem literária, artística, cultural, social, antropológica, histórica, política, filosófica, psicológica, abrindo caminho e servindo de referência para estudos futuros sobre outros autores e também oferecendo matéria de reflexão para as mais diversas áreas do conhecimento. (GUIMARÃES, 2017, p. 244).

Um aspecto importante desse desenvolvimento da fortuna crítica machadiana — e que possui importância para motivação da construção da pesquisa em que se baseia o presente artigo — é que ocorreu à revelia de sua produção contística, conforme assinalam Dixon (1992), Gledson (2006) e Schwarz (1999). O denominador comum da apreciação crítica desses três estudiosos é que, em relação aos romances, os contos sempre foram relegados a um segundo plano. O crítico britânico argumenta que não existem divergências em relação “a qualidade de Machado como contista [...] digno de comparação [...] aos maiores contistas de sua época — Maupassant, Tchekhov [...]. Mas a verdade é que, a despeito de sua popularidade, os contos de Machado não são levados tão a sério quanto mereceriam” (GLEDSON, 2006, p. 35). De forma semelhante e complementar, Schwarz (1999), partindo da importância desse gênero no conjunto da obra machadiana, expõe que a produção contística trata de “quase todos os assuntos centrais da cultura brasileira”, todavia, “esse aspecto foi muito pouco visto pela crítica até agora, ou pelo menos não foi explorado na sua devida envergadura” (SCHWARZ, 1999, s/p.).

Outro aspecto relacionado à fortuna crítica machadiana, também decisivo para motivação da presente pesquisa, é a questão da dominação política na sociedade brasileira. Conforme a argumentação de Chalhoub (2003), o processo histórico-social que “ocupa o centro” da obra machadiana é uma “política de domínio assentada na inviolabilidade da vontade senhorial e na ideologia da produção de dependentes”

---

etc.) que faziam parte da rotina literária, valorizando obras que satisfizessem mais ou melhor a essas exigências, com critérios em grande medida opostos aos das leituras atuais. Assim, se Helena foi percebido e valorizado no século XIX como um romance de padrão internacional — por não ostentar nem saguis nem papagaios [...] —, à medida que avançou o século XX passou a ser visto como o oposto: um romance menor, em que o escritor faz demasiadas concessões a um tipo de narrativas romântico-sentimental, não condizente com aquela que distinguiria o autor de Memórias póstumas de Brás Cubas. Este livro, que causou estranheza entre seus primeiros leitores, seria ao longo do século XX alçado à condição de primeira obra-prima de Machado de Assis, marco de início do romance moderno no Brasil (GUIMARÃES, 2017, p. 276).



(CHALHOUB, 2003, p. 13). A *ideologia senhorial* é uma “hegemonia política e cultural” cuja dominação “poderia ser apropriadamente descritas como paternalistas”, de maneira tal que esta seria a “única lógica” de dominação política (CHALHOUB, 2003). Perguntamo-nos se esta seria, de fato, a única lógica de dominação problematizada por Machado de Assis em suas obras, dado que neste artigo utilizamos a dominação política patrimonialista, conforme estudadas por Faoro (1984) e Vitorino (2010), com ênfase na categoria de estamento-burocrático estabelecido pelo autor de *Os Donos do Poder*.

Parece-nos que provavelmente por haver um imbricamento de estratificações sociais, certa feita Schwarz (1991), em um debate sobre seu trabalho, tenha enunciado “que no Machado a importância das classes sociais está escondida” (SCHWARZ, 1991, p. 64). Aqui, surge uma pergunta simples mas pertinente: será que o estamento-burocrático ainda permanece escondido, precisando ser desvendado?<sup>2</sup> Assim, problemática que nos move é se no “O programa” (1883) figura o problema da racionalização do patrimonialismo, que ordena a economia libidinal dos vínculos sociopolíticos referente ao estamento-burocrático, tendo em vista, primeiramente, a proposta de Candido (2015) a respeito da “redução estrutural”, com a qual é defendido que “o que interessa à análise literária é saber qual a função exercida pela realidade social historicamente localizada para constituir a estrutura da obra — isto é, um fenômeno que se poderia chamar de formalização ou *redução estrutural* dos dados externos (CANDIDO, 2015, p. 33, grifo nosso).

Acreditamos que podemos comprovar que o conto em questão realiza uma redução estrutural da economia libidinal que subjaz a cultura política do patrimonialismo a partir de estratégias críticas do Materialismo Lacaniano. Isso por que concordamos com Žižek (2011a) no argumento de que “a teoria de Lacan pode ser usada para lançar uma nova luz sobre numerosos fenômenos políticos-ideológicos, trazendo para primeiro plano a economia libidinal oculta que os sustenta” (ŽIŽEK, 2011a, p. 115). Para tanto, utilizamos as noções de fantasia social, objeto a (o filósofo esloveno também se refere a essa noção como “objeto (a) causa-do-desejo”), dialética

<sup>2</sup> Com essa proposta analítica, nossa intenção não é fazer uma generalização de que todos os contos de Machado de Assis internalizam a dominação patrimonialista. E nem queremos fazê-la como uma categoria de análise preestabelecida, pois acreditamos que essa dominação política já é o princípio organizativo que rege o discurso narrativo do conto “O programa” e, assim, concordamos com Schwarz (2000) que assinala: “É questão de analisar caso por caso. Literatura não é juízo, é figuração: os movimentos de uma reputada chave que não abra nada têm possivelmente grande interesse literário. Veremos que em Machado de Assis a chave será aberta pela fechadura” (SCHWARZ, 2000, p. 42).



do desejo e grande Outro, cuja origem é a psicanálise lacaniana, mas que são relidos pelo filósofo esloveno. Por isso, apresentamos agora essas estratégias críticas a fim de prepararmos o terreno de nossa interpretação.

### **Žižek, Materialismo Lacaniano e a fantasia social**

Um dos principais teóricos do Materialismo lacaniano é o filósofo esloveno Slavoj Žižek, com mais de 50 livros publicados, os quais dispõe da psicanálise lacaniana como um dos suportes conceituais básicos para a sua argumentação, o que se deve, por sua vez, ao seu doutoramento na Universidade Paris VIII sob orientação de Jacques-Alain Miller (1944 -). Žižek (2017) havia encontrado uma “mina de ouro” e se convenceu da possibilidade de se “fazer maravilhas com a abordagem lacaniana” (ŽIŽEK, 2017, p. 27), sobretudo em vista de “esboçar os contornos de uma teoria lacaniana do campo político-ideológico” (ŽIŽEK, 1991, p. 16). Assim, a experiência acadêmica em Paris VIII permitiu a Žižek redeterminar a cartografia conceitual que sustentava a sua práxis analítica, a partir de um aprofundamento na psicanálise lacaniana.

A consolidação do Materialismo Lacaniano ocorreu originalmente no campo da Filosofia política, ao propiciar uma complexa interpretação a partir dos estudos das ideologias totalitárias legitimadoras da dominação social, no célebre *The Sublime Object of Ideology*, publicado em 1989. Silva (2009) esclarece que, uma vez estabelecido como uma vertente da Filosofia política, o Materialismo lacaniano logo expandiu seus domínios para outros campos do saber, pelo fato de Žižek sempre abranger em seus livros e artigos vários temas em uma argumentação transdisciplinar que articula da teologia aos atentados de 11 de setembro, de refinados conceitos lacanianos a manifestações da chamada cultura de massa (filmes e romances), com exemplos a partir do Kinder ovo e modelos de vasos sanitários à operística de Richard Wagner (1813-1883).

Safatle (2003) argumenta que é possível depreender um projeto “filosófico-psicanalítico” no campo da política, ao fornecer uma legítima abordagem da cultura que se distancie da doxa pós-moderna, estabelecendo



[...] uma, até então inédita, *clínica da cultura* de orientação lacaniana. [...] Uma maneira de articular a psicanálise e a tradição dialética que não deixava de remeter à estratégia [...] de reintroduzir as descobertas psicanalíticas no interior da história das ideias e de fundar uma análise do vínculo social [...] a fim de resgatar o projeto racionalista moderno com suas aspirações de emancipação e reconhecimento, assim como sua força de crítica da alienação (SAFATLE, 2003, p. 180, grifo do autor).

Essa reflexão “inédita” do filósofo esloveno tem a ver com a singularidade de sua compreensão e releitura da psicanálise lacaniana, que nos parece partir do pressuposto de que o discurso lacaniano “só poderá ser uma certa forma de crítica da alienação” (SAFATLE, 2017, p. 37). Sendo assim, a noção de fantasia social surge como um modo de elaborar uma crítica da alienação, o que por sua vez reconfigura uma compreensão da ideologia devido ao ponto de partida consistir no fato de que os sistemas sociais “não são simplesmente resultado de uma imposição coercitiva, mas da aceitação advinda da crença de eles operarem a partir de padrões desejados de racionalidade” (SAFATLE, 2008, p.115).

Em outras palavras, as reflexões analíticas de Žižek, que partem da noção de sujeito do discurso lacaniano, permitem uma apreensão completa da dependência sociossimbólica da subjetividade, dado que, conforme Fink (1997) esclarece, o que “distingue a psicanálise das demais ciências é que enquanto a linguística, por exemplo, leva em conta o sujeito apenas na medida em que este é determinado pela ordem simbólica, isto é, pelo significante, a psicanálise também leva em conta a causa, e o sujeito em sua relação libidinal com a causa” (FINK, 1997, p. 75). Dessa maneira, a compreensão da noção de fantasia social, que nos permite apreender a economia libidinal que subjaz as ideologias, articula outras noções como grande Outro e objeto a, cujo esclarecimento nos leva a Lacan e sua reflexão sobre a dialética do desejo.

No trabalho *Subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano*, publicado em 1960, como resultado final de seu percurso de ensino nos Seminários *As formações do inconsciente* (1957-1958) e *O desejo e sua interpretação* (1958-1959), Lacan (1998) estabelece que “o sujeito só é sujeito por ser sujeição [assujétissement] ao campo do Outro, o sujeito provém de sua sujeição sincrônica nesse campo do Outro” (LACAN, 1998, p. 826). Daí o caráter normativo do grande Outro no registro simbólico, fazendo que o sujeito não tenha uma identidade própria.

Compreende-se, assim, que a noção de dialética do desejo implica a função

do grande Outro enquanto lugar simbólico ao qual o sujeito se referencia, levando Lacan abordar o desejo como estando intimamente atrelado ao campo simbólico. Conforme assinala Safatle (2003, p. 181-182), “o filósofo esloveno percebeu rapidamente que a leitura dialética de Lacan poderia lhe fornecer uma teoria do sujeito prenhe de consequências políticas”. Isso no sentido em que o grande Outro pode ser considerado semelhante a uma causa ideológica e, dessa forma, é possível compreendê-lo como “a substância dos indivíduos que se reconhecem nele, o fundamento de toda a sua existência” (ŽIŽEK, 2010, p. 18). Visto que o grande Outro é o conjunto de significantes que marcam o sujeito em sua história de vida e desejos, “a identidade simbólica do sujeito é sempre historicamente determinada, dependente de um contexto ideológico específico” (ŽIŽEK, 2010, p. 47).

O resultado dessas reflexões nos permitem, afinal, compreender que racionalidade política exige a produção de um sujeito, com desejos e formas de sociabilidade adequados a ela, de modo que, no caso particular deste artigo, a dominação patrimonialista será compreendida como uma racionalidade que produz um sujeito especificamente pela sua formação discursiva, com suas formas de verdade, seus desejos e suas instituições<sup>3</sup>. As noções de fantasia social e objeto a, por sua vez, são condições necessárias para formação dos vínculos sociopolíticos pautados pelo investimento da economia libidinal, dado que “El verdadero locus de la fantasía en el que se cimenta la construcción ideológica no son las convicciones y deseos internos que hay en lo más profundo del sujeto, sino la «convicción puramente material» del ritual ideológico externo” (ŽIŽEK, 2011a, p. 11).

Demonstraremos, assim, que na narrativa de Machado de Assis existe todo um “ritual ideológico” (ŽIŽEK, 2011b, p. 11) da formação discursiva da cultura patrimonialista de que é necessário ao jovem estipular como “fundamento de toda a

---

<sup>3</sup> Safatle (2003) expõe de forma esclarecedora como o filósofo esloveno utiliza as elaborações lacanianas acerca da fantasia para reconfigurar a compreensão de ideologia: “Aproximar fantasia e ideologia implica uma ampla reconfiguração do conceito de crítica da ideologia. Lembremos como a psicanálise compreende a fantasia como uma cena imaginária na qual o sujeito representa a realização de seu desejo e determina um caminho em direção ao gozo. Sem a ação estruturadora da fantasia, o sujeito não saberia como desejar e estabelecer uma relação de objeto. Ele seria assim jogado na angústia produzida pela inadequação radical do desejo aos objetos empíricos. Ao definir a fantasia como modo de defesa contra a angústia, Lacan vê nela o dispositivo capaz de permitir que o sujeito invista libidinalmente o mundo dos objetos e que os objetos possam adquirir valor e significação. Nota-se que tudo o que Žižek precisou fazer foi insistir na existência de uma fantasia social que estrutura a determinação do valor e da significação da realidade socialmente compartilhada. Fantasia social capaz de produzir uma “objetividade fantasmática” que tem um nome próprio: ideologia” (SAFATLE, 2003, p. 188).



sua existência” (ŽIŽEK, 2010, p. 18) a necessidade de conquistar um cargo de político, possuindo uma carreira ligada à máquina administrativa do Estado, sendo que esta será a fantasia social, no próprio sentido em que o filósofo esloveno declara que a fantasia social é uma crença fundamental que regula a realidade sociossimbólica. É a cena imaginária que oferece as coordenadas do desejo, pois “o sujeito (\$) é captado pelo Outro através de um paradoxal objeto-causa do desejo em meio a isso, (a), mediante o segredo supostamente oculto no Outro:  $\$ \langle \rangle a$  – a fórmula lacaniana da fantasia” (ŽIŽEK, 1996, p. 322).

As reflexões de Žižek (1996, 2010, 2011 e 2017) consistem em levar em consideração a fantasia como uma relação ( $\diamond$ ) entre o sujeito (\$) e o objeto (a) causado-desejo ( $\$ \diamond a$ ). Pode-se compreender, assim, como a fantasia social pode ser concebida como um esquema que amalgama o sujeito à ordem sociossimbólica por meio de uma referência ao objeto (a) causa-do-desejo, com implicações pertinentes em relação à constituição de identificações Imaginárias e Simbólicas do sujeito, a partir das quais depreende-se que as crenças são externalizadas devido à interpelação ideológica das instituições sociais.

### **Machado de Assis e as fraturas da formação nacional: racionalidade patrimonialista e o investimento libidinal para conquista do cargo político**

O conto “O programa” surgiu na revista *A Estação*, na qual Machado de Assis escreveu entre 1879 e 1898<sup>4</sup>, publicando 37 contos, 06 poemas, a novela *Casa Velha*, o romance *Quincas Borba* e diversas outras produções de gêneros variados, tais como crítica, resenhas, editoriais e traduções, conforme contabiliza Crestani (2008).

Embora o perfil editorial da revista *A Estação* fosse “afinada aos interesses do leitorado feminino” (CRESTANI, 2008, p. 346), no que se refere ao conto “O programa” não consideramos que mantenha uma estreita vinculação com as especificidades e condições de produção literária desse contexto original de

<sup>4</sup> Sobre a importância dos jornais e revista em que Machado de Assis publicou os seus contos, Gledson (2001) assinala que “duas revistas e um jornal são, sem comparação, os mais importantes: o *Jornal das famílias*, no qual Machado publicou setenta contos, entre 1864 (quando começou seriamente sua carreira de contista) e 1878; *A Estação*, na qual publicou 37 contos, entre 1879 e 1898; e *A Gazeta de Notícias*, onde publicou 56, entre 1881 e 1897 (GLEDSON, 2001, p. 17).



divulgação. Um dos motivos é que a data de publicação é logo após o período de elaboração das revolucionárias *Memórias póstumas de Brás Cubas* que operou uma ruptura radical na sua produção artística, bem como o escritor ter mais liberdade nessa revista mesmo com o seu perfil editorial, conforme Gledson (2001) argumenta ao considerar a transição de Machado de Assis do *Jornal das famílias* para *A Estação*: “a transição de uma para outra [...] é um momento significativo e, como tantas outras coisas na vida de Machado, ocorreu no final da década de 1870, período da 'crise dos quarenta anos' cujo produto mais célebre foram *As memórias póstumas de Brás Cubas* (1880-81), mas que também resultou na primeira coletânea de contos de real mérito, *Papéis avulsos* (1882) (GLEDSON, 2001, p. 19-20).

“O programa” foi publicado, de modo seccionado, na revista *A Estação* entre 31 de dezembro de 1882 e 15 de março de 1883, e está dentro das inúmeras produções de contos que Machado de Assis decidiu não incluir em suas coletâneas, sendo relegado ao frágil amparo das páginas efêmeras da imprensa periódica (isso talvez explique ser bem exíguo os estudos sobre essa narrativa).

O conto está dividido em seis capítulos e consiste em um discurso narrativo heterodiegético, cuja perspectiva diegética focaliza a ambição de Romualdo conseguir um casamento e ser ministro, embora no desenrolar dos acontecimentos se revele ingênuo no trato do amor, da política e do dinheiro. Levando em consideração o processo de transformação do discurso narrativo, temos um estado inicial em que Romualdo é apenas um menino de onze anos e um desfecho quando já está com cinquenta e três anos, idade em que suas ambições de prestígio político já são ilusões perdidas. São mais de trinta anos que Romualdo vive sob o signo da ambição, o desejo de ser ministro foi o fundamento de sua existência, de modo que, do ponto de vista do Materialismo lacaniano, compreendemos que a necessidade de concretizar essa ambição o faz colocar em circulação investimentos libidinais, que fomentam uma dinâmica identificatória de formação de identidade.

O cargo político é fundamental. É preciso aproveitar os recursos financeiros e mobilizar o investimento libidinal. Como a ambição é um cargo político, acreditamos poder aquilatar, no decorrer desta análise, que a dinâmica identificatória de formação de identidade ocorre em relação ao estamento-burocrático, relacionando-se, assim, com a investigação de Faoro (1984) que buscou demonstrar que uma das particularidades do trajeto histórico da nação brasileira é que o Estado e



sua estrutura de poder não corresponde nem representa a sociedade por estar alicerçado na forma de dominação patrimonial, caracterizada pela presença de um estamento-burocrático.

Inicialmente, temos uma ambientação feita no decênio de 1850. Quando menino, Romualdo é aluno do mestre Pitada, na Gamboa, zona portuária do Rio de Janeiro do século XIX. O primeiro capítulo (“Lição de mestre-escola”) exerce uma *função cardinal* na estrutura discursiva, pois nele o mestre Pitada ensina a necessidade de se ter sempre “um programa na mão” para sempre ter noção do “rol das cousas que se hão de fazer em certa ocasião” (MACHADO DE ASSIS, 1997, v. II, p. 909). Contudo, segundo a perspectiva do narrador, não é a partir do mestre Pitada que surge o interesse específico pelo cargo político:

— Não entrei no mundo como um desmiolado, dando por paus e por pedras, mas com um programa na mão.... Sabem o que é um programa?

— Não, senhor.

— Programa é o rol das cousas que se hão de fazer em certa ocasião; por exemplo, nos espetáculos, é a lista do drama, do entremez, do bailado, se há bailado, um passo a dous, ou cousa assim... É isso que se chama programa. Pois eu entrei no mundo com um programa na mão; não entrei assim à toa, como um preto fugido, ou pedreiro sem obra, que não sabe aonde vai. Meu propósito era ser mestre de meninos, ensinar alguma coisa pouca do que soubesse, dar a primeira forma ao espírito do cidadão... Dar a primeira forma (entenderam?), dar a primeira forma ao espírito do cidadão...

Calou-se o mestre alguns minutos, repetindo consigo essa última frase, que lhe pareceu engenhosa e galante. [...]

— [...] Fiz isto: desde os meus quinze ou dezesseis anos, organizei o programa da vida: estudos, relações, viagens, casamento, escola; todas as fases da minha vida foram assim previstas, descritas e formuladas com antecedência... (MACHADO DE ASSIS, 1997, v. II, p. 909).

Romualdo estava atento ao discurso do mestre, de modo que, entre os dezessete e dezenove anos, estabelece para si o seu programa, “escrito no coração, o melhor papel” (MACHADO DE ASSIS, 1997, v. II, p. 911). Mas, até então, seu interesse em estabelecer um programa não encontra um objetivo, já que mestre Pitada, como percebemos no discurso acima, não estabelece para seus alunos alguma profissão, apenas instiga a necessidade de um planejamento para a vida, o que de fato aconteceu, pois “a ideia do programa fixou-se no espírito do Romualdo [...] repetia ele as próprias palavras do mestre. [...] Tinha para si que era a melhor lição que se podia dar aos rapazes, muito mais útil do que o latim [...]” (MACHADO DE ASSIS, 1997, v. II, p. 909-910).



Logo no início do conto, adquirimos conhecimento da marcação histórica, que será importante para apreendermos a dominação patrimonialista reduzida estruturalmente na narrativa. A lição do mestre Pitada é feita em 1950, quando Romualdo possui onze anos, e que aos dezessete, em 1956, consegue estabelecer o objetivo do seu programa. Nesse decênio em que é gestado o programa de Romualdo é o mesmo em que a interpretação histórico-sociológica de Faoro (1984) constatou ocorrer o auge da centralização imperial das atividades político-administrativas. É, pois, ao fim do decênio de 1850 que o patrimonialismo e o estamento-burocrático atingem o clímax, com a centralização, a sociedade dominada pelo Estado, uma vez que

A intervenção do governo não se circunscreve às finanças e ao crédito. Ao contrário, desse centro ela se irradia sobre todas as atividades, comerciais, industriais e de melhoramentos públicos. O Estado autoriza o funcionamento das sociedades anônimas, contrata com os bancos, outorga privilégios, concede estradas de ferro e portos, assegura fornecimentos e garante juros (FAORO, 1984, p. 434).

Desse modo, haveria para Faoro (1984) sempre o alinhamento da classe proprietária como o estamento-burocrático, concretizando o propósito de que a riqueza não fosse protegida por contratos individuais. De fato, Caldeira (1999) expõe que exatamente no auge do II Reinado, no decênio de 1850, “tornou-se objetivo da política econômica impedir a capitalização do mercado livre. Para isso, foi necessário estatizar o sistema financeiro e aumentar o gasto público” (CALDEIRA, 1999, p. 385). Tal incidência corrobora a base estrutural do Estado patrimonialista advogado por Faoro (1984), para quem as liberdades econômicas tolhidas, tuteladas pelo Estado não só impediam a emancipação da burguesia com seu ganho sistemático e racional, como impossibilitaram a plena concretização justamente da estrutura de classes naquela época.

Esse dado é importante para compreendermos o surgimento do desejo de Romualdo de se tornar ministro no segundo capítulo (“De como Romualdo engendrou um programa”), desejo este que será o objetivo de seu programa. Conforme o narrador, o desejo surge dos “esplendores sociais” de um ministro, visto que “o espaço simbólico funciona como um padrão de comparação contra o qual posso me medir” (ŽIŽEK, 2010, p. 17). Dessa maneira, a expressão “esplendores sociais” acaba ratificando o auge da dominação patrimonialista mencionada



anteriormente: “A vista do ministro, das ordenanças, do *coupé*, da farda, acordou no Romualdo uma ambição” (MACHADO DE ASSIS, 1997, v. II, p. 910).

Perceberemos, assim, que “os esplendores sociais” de quem detém um cargo político realiza uma interpelação ideológica, efetivando uma socialização do desejo, que por sua vez faz uma modificação nas “duas modalidades de identificação, imaginária e simbólica” (ŽIŽEK, 1992, p. 70). Temos o olhar relacionando-se ao desejo e à fantasia, já que é como espectador dos “esplendores sociais” que o desejo de ser ministro se instaura em Romualdo:

Uma circunstância local incitou o jovem Romualdo a formular também o seu programa, resoluto a cumpri-lo: refiro-me à residência de um ministro, na mesma rua. A vista do ministro, das ordenanças, do *coupé*, da farda, acordou no Romualdo uma ambição. Por que não seria ele ministro? Outra circunstância. Morava defronte uma família abastada, em cuja casa eram frequentes os bailes e recepções. De cada vez que o Romualdo assistia, de fora, a uma dessas festas solenes, à chegada dos carros, à descida das damas, ricamente vestidas, com brilhantes no colo e nas orelhas, algumas no toucado, dando o braço a homens encasacados e aprumados, subindo depois a escadaria, onde o tapete amortecia o rumor dos pés, até irem para as salas alumiadas, com os seus grandes lustres de cristal, que ele via de fora, como via os espelhos, os pares que iam de um a outro lado, etc.; de cada vez que um tal espetáculo lhe namorava os olhos, Romualdo sentia em si a massa de um anfitrião, como esse que dava o baile, ou do marido de algumas daquelas damas titulares (MACHADO DE ASSIS, 1997, v. II, p. 910).

Essa cena é bastante reveladora, rica de significados do ponto de vista do Materialismo laciano, por isso necessita uma leitura pormenorizada. As “festas solenes” vistas por Romualdo consistem já em uma autopublicidade desse grupo social, cujo ministro é o ápice de todo o esplendor. Existe assim uma espécie de “gozo escópico”, tanto para quem faz a autopublicidade, sendo anfitrião e convidados das “festas solenes”, como para quem só observa, como Romualdo. Todo esse comportamento exibicionista pode ser compreendido como regulamentado pelo grande Outro do estamento-burocrático, demonstrando que só há benefícios em se assujeitar à dominação patrimonialista; o que implica em apreender que essas “festas solenes” consistem em um “véu escópico da fantasia [como] constitutivo da miragem do desejo que sustenta a potência do Outro” (QUINET, 2004, p. 133).

Ou seja, todos esses “esplendores sociais” reafirmam a potência do grande Outro, colocando em cena a dialética do desejo, já que “tal espetáculo lhe namorava os olhos, Romualdo sentia em si a massa de um anfitrião, como esse que dava o baile, ou do marido de algumas daquelas damas titulares (MACHADO DE ASSIS, 1997, v.

II, p. 910). O grande Outro tem papel fundamental no que se refere ao olhar, conforme destaca o próprio psicanalista francês:

Vocês terão que ver aí que é no Outro (A) que o sujeito se constitui como ideal [...]. Este esquema torna claro – eu o sublinho a propósito dos últimos elementos que trouxe, em torno da pulsão escópica – que ali onde o sujeito se vê, isto é, onde se forja essa imagem real e invertida de seu próprio corpo que é dado no esquema do eu, não é lá de onde ele se olha. Mas, certamente, é no espaço do Outro (A) que ele se vê, e o ponto de onde ele se olha também está nesse espaço. [...] é no lugar do Outro (A) que ele começa a constituir essa mentira verídica pela qual tem começo aquilo que participa do desejo no nível do inconsciente. (LACAN, 2008, 142).

Trata-se de um aspecto importante, porque logo em seguida o próprio narrador busca mistificar a origem do surgimento do desejo, retirando-lhe todo o aspecto político, com o enunciado de que

[...] muito na ambição do Romualdo foi o sol, que ele imaginava ter sido criado unicamente com o fim de o alumiar, não alumiar aos outros homens, senão porque era impossível deixar de fazê-lo, como acontece a uma banda musical que, tocando por obséquio a uma porta, é ouvida em todo o quarteirão (MACHADO DE ASSIS, 1997, v. II, p. 910).

A expressão “sol” surge com a intenção de naturalizar o desejo de Romualdo, como se a origem fosse interna à sua própria consciência e, conseqüentemente, *a priori* de processos de sociabilidade. Conforme sintetiza o filósofo esloveno, “El verdadero locus de la fantasía en el que se cimenta la construcción ideológica no son las convicciones y deseos internos que hay en lo más profundo del sujeto, sino la «convicción puramente material» del ritual ideológico externo” (ŽIŽEK, 2011, p. 11).

Ao levarmos isso em consideração, poderemos apreender nessa perspectiva diagética de naturalizar o surgimento do desejo de Romualdo uma “estratégia de contenção”. Para uma leitura não superficial, as estratégias de contenção precisam “ser desmascaradas pelo confronto com o ideal de totalidade que elas a um só tempo implicam e reprimem”, afinal, conforme esclarece Jameson (1992), “se tudo fosse transparente, então qualquer ideologia seria impossível, bem como qualquer dominação: o que, evidentemente, não é o nosso caso” (JAMESON, 1992, p. 48; 55). Essa intenção de naturalizar o desejo de Romualdo nos lembra uma cena em que narrador de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, logo no segundo capítulo do romance, estabeleceu as expressões o “amor da glória” e a “sede de



nomeada”. Com seu típico *capricho despótico*, o narrador ainda vai além, asseverando que “[...] o amor da glória é a cousa mais verdadeiramente humana que há no homem, e, conseguintemente, a sua mais genuína feição” (MACHADO DE ASSIS, 1997, v. I, p. 515). Não é possível concordarmos com essa afirmação, já que as noções de “genuíno” e “verdadeiro” para qualificar trazem o engodo de que se trataria de um comportamento humano *a priori* de processos de sociabilidade. Recusando esse engodo, precisa-se verificar como os laços sociais são capazes de socializar esse “amor da glória”, uma vez que o discurso lacaniano postula que o sujeito é constituído no laço social e inexoravelmente alienado ao Outro pela dialética do desejo.

Pela noção de dialética do desejo, busca-se os efeitos simbólicos e contradições pertencentes ao Romualdo a partir laço social patrimonialista, no sentido em que possamos apreender a subjetivação patrimonialista, concebendo-o como exemplo de sujeitos como efeitos históricos e materiais dessa dominação política. Ao término do segundo capítulo apreendemos claramente que as identificações ideológicas e imaginárias de Romualdo consigo mesmo se dão mediadas pela ordem simbólica:

— Vá um programa, disse ele; obedeçamos ao conselho do mestre. E formulou um programa. Estava então entre dezoito e dezenove anos. Era um guapo rapaz, ardente, resoluto, filho de pais modestíssimos, mas cheio de alma e ambição. O programa foi escrito no coração, o melhor papel, e com a vontade, a melhor das penas; era uma página arrancada ao livro do destino. O destino é obra do homem. Napoleão fez com a espada uma coroa, dez coroas. Ele, Romualdo, não só seria esposo de alguma daquelas formosas damas, que vira subir para os bailes, mas possuiria também o carro que costumava trazê-las. [...] Com o olhar fito no ar, e uma certa ruga na testa, antevia todas essas vitórias, desde a primeira décima poética até o carro do ministro de Estado. Era belo, forte, moço, resoluto, apto, ambicioso, e vinha dizer ao mundo, com a energia moral dos que são fortes: lugar para mim! lugar para mim, e dos melhores! (MACHADO DE ASSIS, 1997, v. II, p. 916).

A resolução de Romualdo é eivada de pretensões grandiosas, ambicionando congregar os feitos heroicos de Napoleão, o engenho literário de Shakespeare e a erudição política de Pitt. Assim, Romualdo parte para São Paulo, com o objetivo de estudar Direito, tendo “os olhos no casamento e na farda de ministro” (MACHADO DE ASSIS, 1997, v. II, p. 916). Como já vimos, ambos códigos do Simbólico.

No terceiro capítulo (“Agora tu, Calíope, me ensina...”) é exposta a aspiração de Romualdo em ser poeta, enquanto no quarto (“Quinze anos, bonita e

rica”) nos deparamos com a primeira tentativa de Romualdo de se casar. Lucinda “era uma moça de quinze anos, filha de um fazendeiro de Guaratinguetá, que tinha ido à capital da província” (MACHADO DE ASSIS, 1997, v. II, p. 913). O interesse pelo casamento com Lucinda não advém de uma questão amorosa, mas pela importância família de Lucinda: “Romualdo, de escassa bolsa, trabalhando muito para ganhar o diploma, compreendeu que o casamento era uma solução. O fazendeiro era rico” (MACHADO DE ASSIS, 1997, v. II, p. 913).

A importância da riqueza do pai de Lucinda, não tem importância em si. Para Romualdo, o dinheiro será somente uma ponte para conquistar o cargo político, o que revela novamente a fantasia social a qual está submetido Romualdo, de que, conforme explica Faro (1984), na dominação patrimonialista “o cargo público, a velha realidade do estamento, será o único foco de poder, poder que dá prestígio, enobrece, propicia e legitima a riqueza” (FAORO, 1984, p. 310). Nesse aspecto, é exposto pelo narrador que o casamento com Lucinda permitia a Romualdo

[...] reconstruir os seus admiráveis planos de vida. A escolha entre o casar imediatamente ou depois de formado não foi coisa que se fizesse do pé para a mão: comeu-lhe algumas boas semanas. Afinal, assentou que era melhor o casamento imediato. Outra questão que lhe tomou tempo, foi a de saber se concluiria os estudos no Brasil ou na Europa. O patriotismo venceu; ficaria no Brasil. Mas, uma vez formado, seguiria para Europa, onde estaria dois anos, observando de perto as coisas políticas e sociais, adquirindo a experiência necessária a quem viria ser ministro de Estado (MACHADO DE ASSIS, 1997, v. II, p. 913).

No entanto, o pai de Lucinda decide casá-la com um “juiz municipal”, alguém que, por sua vez, já possui uma carreira ligada à máquina administrativa do Estado. É preciso não esquecer também que Romualdo era “filho de pais modestíssimos” (p. 911), sendo que o pai não lhe poderia arranjar um possível sogro já dentro da máquina administrativa, a fim de lhe fazer o *favor* de impulsionar a carreira. Isso revela que o dinheiro aparece como elemento social que carece de manipulação gerencial, como ficará mais evidente no quinto capítulo da narrativa (“O escritório”). Romualdo não insere o dinheiro em seu programa; na realidade, ele faz uso de dinheiro sem se preocupar em garantir os meios necessários para sua reprodução, ele gasta seu dinheiro à revelia, sem método ou plano. Trata-se de um aspecto importante sobre o modo de consolidação do capitalismo brasileiro e que implicações dentro da historiografia literária, uma vez que para Candido (2015) a



produção de riqueza e o ritmo da acumulação só surgem no campo literário em 1890, com a publicação de *O Cortiço*

Aluísio foi, salvo erro meu, o primeiro dos nossos romancistas a descrever minuciosamente o mecanismo de formação de riqueza individual. Basta comparar seu livro com as indicações sumárias de Macedo, Alencar ou Machado de Assis, nos quais o *dinheiro* aparece com frequência, mas adquirido por herança, dote ou outra causa fortuita. Pesando, determinando, é certo, mas com como um dado já pronto no entrecho. N’*O cortiço* ele se torna implicitamente objeto central da narrativa, cujo ritmo acaba se ajustando ao ritmo da sua acumulação, tomada pela primeira vez no Brasil como eixo da composição ficcional (CANDIDO, 2015, p. 113-114, grifos nosso).

Ou seja, a produção de riqueza surge no campo literário sete anos após a publicação do conto “O programa”. Após falhar em se casar pela segunda vez, com uma viúva rica, Romualdo chega à conclusão de que primeiro ingressará na carreira política, para somente em seguida obter um arranjo matrimonial:

Tinha um cálculo o Romualdo: trocar os artigos do programa. Em vez de ir do casamento para o Parlamento, e de marido a ministro de Estado, resolveu proceder inversamente: primeiro seria deputado e ministro, depois casaria rico. Entre nós, dizia ele consigo, a política não exige riqueza; não é preciso muitos cabedais para ocupar um lugar na Câmara ou no Senado, ou no ministério. E, ao contrário, um ministro candidato à mão de uma viúva é provável que vença qualquer outro candidato, embora forte, embora capitão-de-fragata (MACHADO DE ASSIS, 1997, v. II, p. 920).

Ao considerar que “a política não exige riqueza”, Romualdo engana-se, e deixa de lado sua profissão de advogado, revelando que, de fato, nesta narrativa o dinheiro é secundário à carreira política, é esta que é o objeto central da perspectivação diegética, dado que em nenhum momento Romualdo leva em consideração em seu programa valorização do dinheiro, do capital fictício e da busca do lucro.

Por outro lado, Romualdo também não consegue estabelecer uma rede de sociabilidade clientelar, aspecto que é importante uma vez que não é filho de pais proprietários e, conseqüentemente, o faz mais dependente dessas práticas de favor, conforme assinalou Schwarz (1990) sobre os pobres na obra machadiana: “faltando fundamento prático à autonomia do indivíduo sem meios — em consequência da escravidão o mercado de trabalho é incipiente —, o valor da pessoa depende do reconhecimento arbitrário (e humilhante, em caso de vaivém) de algum proprietário” (SCHWARZ, 1990, p. 83).

Com a ajuda de Žižek, compreendemos que esses equívocos de Romualdo fazem parte da própria interpelação ideológica, dado que “a posição do sujeito é um modo de como reconhecemos nossa posição de agentes (interessados) do processo social” e, assim, quando “nos constituímos como sujeitos ideológicos [...] estamos enganados, ignorando a dimensão do antagonismo social” (ŽIŽEK, 2017, p. 265). Romualdo não percebe a clivagem dos antagonismos sociais quando se candidata para eleições, ignora que seus poucos recursos financeiros não são suficientes para garantir o eleitorado (“Romualdo apresentou-se candidato pela corte. [...] teve de vencer primeiramente os competidores, as intrigas [...]. Não dispendo de dinheiro, cuidou de o pedir emprestado” [p. 921]). Apenas sonhava com a conquista da eleição, desconsiderando as redes de sociabilidade:

Veio o dia da eleição. Nos três dias anteriores, a luta assumira proporções hercúleas. [...] o Romualdo acordou três ou quatro vezes, no meio das peripécias de um sonho delicioso. Ele via-se eleito, orando na Câmara, propondo uma moção de desconfiança, triunfando, chamado pelo novo presidente do Conselho a ocupar a pasta da Marinha. Ministro, fez uma brilhante figura; muitos o louvavam, outros muitos o mordiam, complemento necessário à vida pública (MACHADO DE ASSIS, 1997, v. II, p. 921).

Essa cena que pertence ao sexto e último capítulo (“Troca de artigos”) demonstra que a progressão temática do discurso narrativo focaliza esse desejo de Romualdo de se tornar ministro, ou de no mínimo possuir uma carreira ligada à máquina administrativa do Estado. Mais especificamente, existe a focalização do quanto mais distante fica de Romualdo a realização do seu desejo, demonstrando que a “fantasia social é o contraponto necessário ao conceito de antagonismo”, uma vez que “a relação ‘impossível’ do sujeito com esse objeto cuja perda constitui o sujeito é marcada pela fórmula lacaniana da fantasia:  $\$ \diamond a$ ” (ŽIŽEK, 2017, p. 269). Lastima-se e se entristece por não saber mais o que fazer para realizar o seu desejo: “começava a ficar cansado da luta. Era um simples advogado sem causas. De todo o programa da adolescência, nenhum artigo se podia dizer cumprido, ou em caminho de o ser. Tudo lhe fugia, ou por culpa dele, ou por culpa das circunstâncias” (MACHADO DE ASSIS, 1997, v. II, p. 921). Embora não saiba mais como investir em outras eleições, indo embora “para roça” (p. 922), Romualdo ainda se “encontra aprisionado pelo Outro através de um objeto-causa do desejo” (ŽIŽEK, 2017, p. 269).



Com isso, queremos esclarecer que nos parece lícito concluir que a dominação patrimonialista é o objeto-causa do desejo do cargo político<sup>5</sup>. Pela fantasia social, Romualdo se identifica com o objeto a (objeto-causa de desejo), isto é, se aliena ao estamento-burocrático, buscando participar da cultura política patrimonialista (grande Outro). Vê-se, assim, que o desejo de Romualdo se apresenta como ponto de partida que estrutura o discurso narrativo e configura sua personalidade, em seu processo de alienação devido a dialética do desejo, bem como descortina a dominação patrimonialista. A dissimetria entre o polo do investimento libidinal (pertencente ao sujeito) e do objeto-causa do desejo (pertencente ao grande Outro) promove a “dialética da relação do sujeito com o Outro”. Isto implica conceber que o investimento libidinal é a demanda do grande Outro e, por conseguinte, a realidade socio-simbólica está ligada à demanda do grande Outro.

Seu investimento libidinal não surtirá efeito e o narrador lamenta isto não ter ocorrido (“pobre Romualdo, era o sol de Waterloo”), dado que Romualdo, enquanto jovem, se imaginava destinado às grandes aventuras. Romualdo acreditava que “o destino é obra do homem” e, dessa maneira, parece-nos que o Real, para Romualdo, é a sua própria condição de classe, que não foi – não pode ser – simbolizada e, assim, fazia com que ele se entregasse a uma ambição cega, sem a consciência da base material para realizar seu Programa. Isto faz que Romualdo não consiga estabelecer uma rede de sociabilidade clientelar e nem consegue se quer enxergar a “frieza” e os olhares de rejeição das viúvas ricas que pretendia desposar.

Retornando, pois, à questão de que Romualdo em seu programa não leva em consideração a valorização do dinheiro, é possível aquilatar, por fim, que conquistar o cargo político implica sacrificar o gozo no comércio, do capital industrial da “classe lucrativa”, para seguir a fantasia social imposta pelo grande Outro do estamento-burocrático, no próprio sentido em que Faoro (1984) compreende que a dominação política patrimonialista é que impede o florescimento da classe burguesa pautada na ideologia econômica, uma vez que

---

<sup>5</sup> Objeto-causa do desejo é outra expressão utilizada para se referir ao objeto a. Nessa argumentação, estamos seguindo a compreensão de que o filósofo esloveno esclarece que esse conceito designa o objeto-causa de desejo, ou seja, não se refere diretamente ao objeto de desejo, mas aquilo que, no objeto que desejamos, faz com que o desejamos. Em termo simples, Žižek (2006) expõe que o objeto do desejo é nada mais do que o objeto desejado, “em termos sexuais simples, a pessoa que eu desejo”, enquanto “o objeto-causa do desejo, por outro lado, é aquilo que me faz desejar essa pessoa” (ŽIŽEK, 2006, p. 139).



[...] o capitalismo, dirigido pelo Estado, impedindo a autonomia da empresa, ganhará substância, anulando a esfera das liberdades públicas, fundadas sobre as liberdades econômicas, de livre contato, livre concorrência, livre profissão, opostas, todas, aos monopólios e concessões reais (FAORO, 1984, p. 18).

Em outras palavras, a fantasia social é a “marca da submissão à Lei sociossimbólica” (ŽIŽEK, 2008, p. 390). Na trajetória de Romualdo podemos verificar o retesamento trágico dessa submissão. Embora tenha montado um escritório, Romualdo não exerce a função de advogado, apenas fantasia em eleger-se deputado e conseguir ser ministro. No escritório ocorre apenas palavras vazias sobre a intenção de concretizar esse desejo. Desde o início de sua trajetória nutria expectativas grandiosas: “Foi para São Paulo, entregou-se aos estudos com afinco, dizendo consigo e a ninguém mais que ele seria citado algum dia entre os Nabucos, os Zacarias, os Texeiras de Freitas, etc. Jurisconsulto!” (MACHADO DE ASSIS, 1997, v. II, p. 911).

Romualdo formou-se em direito na Academia de São Paulo em 1864, quatro anos antes da ascensão do gabinete conservador liderado pelo Visconde de Itaboraí. Entre 1868 e 1870, o Visconde de Itaboraí acumulou a presidência do Conselho e a pasta da Fazenda, lhe possibilitando realizar reformas financeiras em vista de uma política monetária tendo o Banco do Brasil seu mecanismo centralizador (VITORINO, 2010). De forma sintética, o historiador Evaldo Cabral de Mello (1999 *apud* VITORINO, 2010, p. 187), esclarece que “numa palavra o sistema de centralização creditícia instaurado pela reforma Itaboraí gerara a mais poderosa coalização de interesses que conheceu o Segundo Reinado”. Essa informação é importante, pois, se havia um cálculo político deliberado em restringir o mercado interno, isto servirá de base para potencializar a fantasia social da dominação patrimonialista, justamente no período em que, logo após de formar em Direito, Romualdo decidiu abrir um escritório de advocacia na Corte. Conforme o discurso narrativo, essa decisão não passava de

Simple pretexto. Afetação pura. Comédia. O escritório era um ponto no globo, onde ele podia, tranquilamente, fumar um charuto [...] seguir a política. [...] um programa em que os diamantes de uma senhora reluziam ao pé da farda de um ministro, no fundo de um *coupé*, com ordenanças atrás, era dos que arrastam consigo todas ambições adjacentes (MACHADO DE ASSIS, 1997, v. II, p. 916).



A ociosidade é típica da elite brasileira, porém Romualdo era “filho de pais modestíssimos” (p. 911) e, assim, necessitava da renda. Em vista disso, podemos considerar que essa “afetação” e ociosidade sinaliza o alto grau de alienação de Romualdo, por isso, ao mesmo tempo, uma condição social. Os “mecanismos simbólicos” que organizam o funcionamento e socialização do desejo emerge da dominação patrimonialista como objeto de consciência representacional, do “aparelhamento político imprimindo os seus valores [...] acima das classes” (FAORO, 1984, p. 824). O cargo político torna-se uma fantasia social na medida em que é limitada as oportunidades econômicas. “O mecanismo de cooptação política realizado pelo estamento funciona porque não havia independência econômica, sobre a qual assenta a autonomia política”, explica, com efeito, Vitorino (2002, p. 163). Dentro desse aspecto de limitação de oportunidades econômicas está, pois, a falta de consolidação de um mercado de trabalho.

Esse antagonismo social é mascarado pela fantasia social, no próprio sentido em que Žižek (1992) argumenta que “a noção de fantasia social é, pois, uma contrapartida necessária do conceito de antagonismo: a fantasia é precisamente a maneira como a clivagem antagônica é mascarada” (ŽIŽEK, 1992, p. 124). Não foi à toa que Schwarz (2000) assinalou que, durante a primeira fase da obra machadiana, praticamente “a palavra salário não aparece”; mesmo que algum personagem entre “para o universo das ocupações dignas, porém o trabalho pago não se menciona”, obviamente porque “o trabalho assalariado é uma instituição inaceitável” (SCHWARZ, 2000, p. 229). Uma vez que os investimentos libidinais de Romualdo estão ligados a processualidade de mecanismos simbólicos que mascaram a falta de consolidação de um mercado de trabalho, podemos concebê-los como “um padrão narrativo, cuja articulação interna pode ser lida como transcrição e exposição de um destino histórico” (SCHWARZ, 1990, p. 46).

Dessa maneira, o não-trabalho de Romualdo, sua ociosidade, mesmo não sendo burguês, expressa o que Vitorino (2010) se referiu como “o círculo vicioso reprodutor de miséria”. O período em que está no escritório é o mesmo das reformas do Itaboraí, relacionando-se ao “mecanismo político instituído pelo Partido Conservador”:



Para manter essa dominação, os conservadores adotavam uma política econômica e de crédito que restringia o desenvolvimento do mercado interno. A reprodução da miséria era um cálculo político para produzir a dependência econômica duplamente articulada: de um lado, o apoio dos votantes e eleitores ao Partido Conservador significaria um emprego numa repartição pública; de outro, como estava preso aos interesses do capital mercantil, o mercado interno não foi capaz de realizar a generalização do trabalho assalariado e bloqueou o crescimento da produção manufatureira, cujo mercado interno ficou incapacitado de incorporar o conjunto da população aos frutos do seu crescimento econômico (VITORINO, 2010, p. 167).

Durante todo esse processo, Romualdo desperdiça todas as suas oportunidades, cujo resultado é ter que ir “para a roça” e viver em uma condição de miserabilidade. Esse complexo movimento da trajetória de Romualdo, de desperdício/fracasso, é sustentado pela própria fantasia social:

Já então ia em quarenta e cinco anos, estava todo grisalho, fisionomia cansada [...]. Tinha dívidas, é verdade, mas pagava-as, restringindo certa ordem de necessidades. Aos cinquenta anos estava alquebrado [...]. Vinha às vezes à corte e demorava-se pouco. Nos primeiros tempos, mirava-a com pesar, com saudades, com uma certa esperança de melhora. O programa reluzia-lhe aos olhos. Não podia passar pela frente da casa onde tivera escritório, sem apertar-se-lhe o coração e sentir uns ímpetos de mocidade. A Rua do Ouvidor, as lojas elegantes, tudo lhe dava ares do outro tempo, e emprestavam-lhe alguma energia, que ele levava para a roça (MACHADO DE ASSIS, 1997, v. II, p. 922-923)

Compreende-se, nesse sentido, que “[...] a fantasia funciona como uma ‘significação absoluta’ (Lacan), constitui o contexto pelo qual percebemos o mundo consistente e dotado de sentido, o espaço *a priori* em cujo interior têm lugar os efeitos particulares da significação” (ŽIŽEK, 1992, p. 120). Uma fantasia social que serve para perpetuar a racionalidade da dominação patrimonialista, privilegiando uma minoria e despojando a crescente população de meio de produção e subsistência.

### Considerações finais

O conto “O programa” ficou relegado ao frágil amparo das páginas efêmeras da imprensa periódica, obtendo exíguos estudos. Com este artigo, esperamos suspender a condenação ao esquecimento, demonstrando que consiste em obra de realismo crítico complexa.

Romualdo não vence nenhuma das eleições em que concorreu como candidato, por isso não há representação de como é uma carreira política; temos



apenas o desejo e investimento libidinal. Faoro (2001) já havia apontado, de certo modo, esse aspecto, ao argumentar que “Machado de Assis o descreve [o estamento-burocrático] à meia-luz, sem claridade, às apalpadelas, furtivamente. A camada semi-oculta faz deputados, dá a nota à sociedade e dispõe do poder político” (FAORO, 2001, p. 19).

De fato, não seria mais eficaz a representação artística do desejo do que propriamente a conquista? Com essa pergunta, colocamo-nos em face de um “problema” já apontado por Lukács (1965) no ensaio *Narrar ou descrever?*, com o qual o autor perguntava-se sobre importância de componentes que configuram a narrativa no âmbito da necessidade.

Será que é o caráter completo de uma descrição objetiva que torna alguma coisa artisticamente “necessária”? Ou, ao contrário, esta necessidade decorre das relações dos personagens com as coisas e com os acontecimentos nos quais se realiza o seu destino e através dos quais eles atuam e sofrem? (LUKÁCS, 1965, p. 46).

A ação política revela-se, portanto, em estreita relação ao investimento libidinal de Romualdo. Assim, a corrente teórico-crítica do Materialismo lacaniano se revelou como grande potencial cognitivo para avançarmos de modo profícuo em investigar a dialética entre forma literária e processo histórico-social, levando-nos obter uma abordagem que não incorra no erro assinalado por Bosi (2010) segundo o qual “uma sociologia da literatura sem sujeito é cega, uma psicologia da literatura sem o social é vazia” (BOSI, 2010, p. 396).

Acompanhando a trajetória de Romualdo, identificamos que o seu desejo de ter uma carreira ligada à máquina administrativa do Estado, e conseguir tornar-se ministro, atua na narrativa como eixo da composição. Por meio desse desejo, que se manifesta no ritmo repetitivo do padrão narrativo, é possível aquilatar uma economia libidinal que representa um momento particular do antagonismo social do II Reinado e que reduz estruturalmente a dominação política patrimonialista. Essa economia libidinal de Romualdo surge devido ao objeto a, que é a própria dominação patrimonialista, que forma os processos de subjetivação criando a dinâmica de identificação com a cultura patrimonialista como grande Outro, potencializado a fantasia social do cargo político. A economia libidinal de Romualdo se constitui como um padrão de racionalidade que se encarna nessa necessidade de uma carreira ligada à máquina administrativa do Estado, isto é, o impacto subjetivo da construção social

é que a racionalidade patrimonialista implica sujeitos cujas demandas são sempre mediadas pelo cargo político.



## Referências

- BARRETO FILHO, José. **Introdução a Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Agir, 1980.
- BOSI, Alfredo. Passagem para a interpretação literária. In: **Ideologia e contraideologia: temas e variações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 394-397.
- CALDEIRA, Jorge. O agônico relógio das delícias. In: **A nação mercantilista**. São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 367-391.
- CANDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. In: **O Discurso e a cidade**. Rio de Janeiro: ouro sobre azul, 2015, p. 121-153.
- CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. In: **O Discurso e a Cidade**. Rio de Janeiro: ouro sobre azul, 2015, p. 19-54.
- CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In: **Vários Escritos**. Rio de Janeiro: ouro sobre azul, 2004, p. 15-32.
- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CRESTANI, João Luís. O perfil editorial da revista A Estação: Jornal ilustrado para a família. **Revista da Anpoll**, v. 1, n. 5, pp. 323-353, 2008.
- DIXON, Paul. **Os contos de Machado de Assis: mais do que sonha a filosofia**. Porto Alegre: Movimento, 1992.
- FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Globo, 2001.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1984.
- FINK, Bruce. Ciência e psicanálise. In: FELDSTEIN, Richard; FINK, Bruce; JAANUS, Maire (Orgs.). **Para Ler o Seminário 11 de Lacan: os quatro conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 68-79.
- GLEDSOON, John. Os contos de Machado de Assis: o machete e o violoncelo. In: ASSIS, Joaquim M. Machado de. **Contos: uma antologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v.1, p. 15-55.
- GLEDSOON, John. **Por um novo Machado de Assis: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GUIMARÃES, Hélio de Seixas. **Machado de Assis, o escritor que nos lê**. As figuras machadianas através da crítica e das polêmicas. São Paulo: Ed. UNESP, 2017.



JAMESON, Fredric. A interpretação: a literatura como ato socialmente simbólico. In: **O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico**. São Paulo: Ática, 1992, p. 15-102.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 16: de um outro ao outro**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACAN, Jacques. Subversão do sujeito e dialética do desejo. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 807-841.

LUKÁCS, Georg. Narrar ou descrever? (contribuição para uma discussão sobre o naturalismo e o formalismo). In: **Ensaios sobre literatura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 43-94.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Memórias Póstumas de Brás Cubas. In: **Obra Completa. Vol. I**, organizado por Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, p. 511-640.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. O programa. In: **Obra Completa. Vol. II**, organizado por Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, p. 908-923.

QUINET, Antonio. **Um olhar a mais: ver e ser visto na psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SAFATLE, Vladimir. A política do real de Slavoj Žižek. In: ŽIŽEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do Real!**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 179-191.

SAFATLE, Vladimir. **Introdução a Jacques Lacan**. 4. ed. rev. atual. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SAFATLE, Vladimir. Por uma crítica libidinal. In: **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 113-145.

SCHWARZ, Roberto. A pulga no cachorro. **Jornal Folha de São Paulo [online]**. 28 de mar. de 1999.

SCHWARZ, Roberto. A sorte dos pobres. In: **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. São Paulo: Duas Cidades, 1990, p. 81-109.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SCHWARZ, Roberto; GIANOTTI, José Arthur; OLIVEIRA, Francisco de et al. **Machado de Assis: um debate**. Novos Estudos CEBRAP [online], São Paulo, n. 29, mar., p. 59- 84, 1991.

SILVA, Marisa Corrêa. Materialismo Lacaniano. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Orgs.). **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá: Eduem, 2009, p. 211-216.



VITORINO, Artur José Renda. Patrimonialismo e finanças: política monetária de liberais e conservadores no Segundo Reinado brasileiro. **Revista de História Regional**, vol. 15, n. 1, pp. 131-168, 2010.

ŽIŽEK, Slavoj. **A visão em paralaxe**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. **Arriscar o impossível**: conversas com Žižek. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ŽIŽEK, Slavoj. **Como ler Lacan**. Trad. Maria Luiza X. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

ŽIŽEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma? In: Žižek, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 297-332.

ŽIŽEK, Slavoj. **Eles não sabem o que fazem**: o sublime objeto da ideologia. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

ŽIŽEK, Slavoj. **Interrogando o Real**. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

ŽIŽEK, Slavoj. Los siete velos de la fantasía. In: **El Acoso de las Fantasías**. Trad. Francisco Lopéz Martín. Madrid: Akal, 2011b, p. 7-52.

ŽIŽEK, Slavoj. **O mais sublime dos histéricos**: Hegel com Lacan. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011a.

Recebido em 13 de março de 2021

Aprovado em 08 de julho de 2021

